



AgEcon SEARCH

RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA
COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO
DE TRÊS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS**

DÉBORA DE FARIA ALBERNAZ VIEIRA; MAURO EDUARDO DEL GROSSI;

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

BRASÍLIA - DF - BRASIL

DEBORA_ALBERNAZ@YAHOO.COM.BR

PÔSTER

AGRICULTURA FAMILIAR E RURALIDADE

**INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA
COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: OCASO
DE TRÊS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS**

Grupo de pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

O trabalho tem o objetivo de anunciar a pesquisa em desenvolvimento por meio do Programa de Pós-graduação em Agronegócios – PROPAGA – UnB (dissertação de mestrado) sobre o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e sua influência sobre a comercialização dos produtos da realizada pelos agricultores familiares. Três aspectos serão analisados: a qualidade da produção, a regularidade da oferta e a quantidade produzida. A pesquisa se dará em três municípios da região Noroeste do estado de Minas Gerais: João Pinheiro, Paracatu e Unaí durante o ano de 2008. Como parte dessa pesquisa, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o PAA, suas influências sobre o modo de comercialização dos produtos dos agricultores familiares e uma avaliação sobre as características esperadas desse instrumento de política pública, segundo o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de 2007.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Agricultura Familiar; Comercialização.

Abstract

The work aims to announce the research in development through the Program for Post-graduate degree in Agribusiness - PROPAGA - UnB (a master's dissertation) on the Program of Acquisition of Food from the family farm and its influence on the marketing of the products held by family farmers. Three aspects will be examined: the quality of production, the regularity of the supply and the quantity produced. The search will be made in three municipalities in the Northwest region of the state of Minas Gerais: João Pinheiro, Paracatu and Unaí, during the year 2008. As part of that search, a bibliographic review about the Program was made, showing their influence on the manner of marketing the products from family farmers and an assessment on expected characteristics of this instrument of public policy, according to the report by the Inter-American Development Bank (IDB) 2007.

Key words: Program of Acquisition of Food; Family Farm; Commercialization

As políticas públicas do governo brasileiro vêm sofrendo várias transformações e inovações nos últimos anos, tanto da temática quanto da forma de ação. A prioridade do atual governo para as questões sociais e para a agricultura familiar, enfatizando a segurança alimentar com o Programa Fome Zero é uma dessas inovações que têm incitado à curiosidade de pesquisadores.

Considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) de apoio ao agricultor familiar na vertente da comercialização da produção. O governo adquire alimentos dos agricultores familiares e destina parte dele para doação a pessoas em risco alimentar e a outra a formação de estoques estratégicos.

Décadas de clientelismo consolidaram neste país uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários das políticas sociais. Políticas emergenciais de segurança alimentar são consideradas indispensáveis para o enfrentamento da pobreza, entretanto devem ser acompanhadas ações educativas, organizativas e emancipadoras (visando a autonomia).

Dada a importância da agricultura familiar para o abastecimento interno e para a renda de milhares de brasileiros, e sendo este um dos principais eixos do atual governo, refletido no aumento do volume de recursos investido neste seguimento nos últimos anos, propõem-se a pesquisa mais aprofundada dos efeitos desta política pública na comercialização.

A qualidade, a frequência (regularidade) e escala são características recomendáveis para a inserção dos agricultores familiares no mercados de produtos. Alguns dos principais problemas apontados para a comercialização dos produtos da agricultura familiar são essas características. Além disso, existe a preocupação de os agricultores familiares venderem sua produção somente para o PAA e, caso ocorra interrupção do Programa, os agricultores não estejam preparados para enfrentarem o mercado.

O objetivo do trabalho é anunciar a pesquisa em desenvolvimento por meio do Programa de Pós-graduação em Agronegócios – PROPAGA – UnB (dissertação de mestrado) sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e sua influência sobre a comercialização dos produtos da realizada pelos agricultores familiares. Três aspectos serão analisados: a qualidade da produção, a regularidade da oferta e a quantidade produzida. A pesquisa se dará em três municípios da região Noroeste do estado de Minas Gerais: João Pinheiro, Paracatu e Unaí durante o ano de 2008. Esta região foi escolhida por ser uma região em que há agricultores acessando o Programa desde o seu início, em 2003. Esses municípios são os

maiores do Noroeste mineiro e possuem maior número de agricultores que tem participado do PAA na região. Serão feitas entrevistas semi-estruturadas com agricultores que acessaram o PAA e com os que não acessaram, agentes do mercado atacadista e varejista da região, e demais atores chave (técnicos da Conab, da Emater, dirigentes de cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, secretários de agricultura).

Hipótese principal

- O PAA está influenciando os agricultores familiares alterarem a escala, a qualidade e a regularidade da oferta de sua produção, visando o acesso a canais de comercialização.

Hipóteses secundárias:

- O PAA ampliou os mercados para os produtos da agricultura familiar nos municípios pesquisados.
- Caso ocorra interrupção do PAA, os agricultores que foram beneficiados manterão os novos canais de comercialização advindos com o programa.
- Ao assegurar aos agricultores familiares a aquisição de seus produtos, o PAA os incentiva a produzir mais e melhor, os inserindo no mercado regional.

Como parte dessa pesquisa, segue uma revisão bibliográfica sobre o PAA, suas influências sobre o modo de comercialização dos produtos dos agricultores familiares e uma avaliação sobre as características esperadas de uma política, segundo o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de 2007.

Revisão bibliográfica

O Programa Fome Zero possui como objetivo principal “incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias” (Projeto Fome Zero, 2001). Conceitua-se segurança alimentar e nutricional como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. (Lei Orgânica de Segurança Alimentar, 11.346 de 2006). O Programa mostra que, no caso brasileiro, a grande causa da falta de acesso aos alimentos é o baixo nível de renda, e não a baixa produção de alimentos, ou problemas climáticos.

Para que o Programa Fome Zero cumpra os seus objetivos, este se propõe a construir políticas estruturais, específicas e locais. Como exemplos de políticas estruturais se podem citar a geração de emprego e renda, a previdência social universal, o incentivo à agricultura familiar, uma política de reforma agrária, atenção básica à saúde, etc. Como políticas específicas destacam-se o programa de segurança e qualidade dos alimentos, a nutrição materno-infantil, a ampliação da merenda escolar, etc. Para as áreas rurais destacam-se entre as ações locais as de apoio à Agricultura Familiar, inclusive o apoio à comercialização, o fornecimento de assistência técnica, ampliação do crédito rural, investimentos em infraestrutura e apoio à produção para o auto-consumo. (Projeto Fome Zero, 2001).

Pode-se verificar que um dos eixos centrais do Fome Zero é o incentivo à agricultura familiar. Esse incentivo tem se materializado no aumento do volume de recursos para o crédito rural (Pronaf), a criação do Seguro agrícola para os agricultores familiares e, dentre outros, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vertente de apoio à comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar.

A Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 25 diz que: "os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico social nos grupos populares, buscando subsidiar financeira e tecnicamente iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.". O PAA foi proposto visando o cumprimento desses objetivos, ou seja, a estruturação financeira, produtiva, ambiental e social das famílias que o acessam.

A implementação do PAA revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da produção familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela Lei 10.696, de 02/07/2003, regulamentada pelo decreto nº4772, de mesma data e tem como finalidade o incentivo à produção agropecuária e a sustentação de preços, adquirindo alimentos produzidos por produtores familiares enquadrados nos grupos A ao D do Pronaf, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aqüicultores familiares, trabalhadores rurais sem terra acampados, e comunidades indígenas, por meio de suas associações ou cooperativas. Há outros objetivos com o Programa, como a distribuição de renda, assegurar a circulação do dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade, a preservação da cultura alimentar regional.

O Programa tem operado atualmente por meio de 5 mecanismos de compra: o Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), o Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (CPR-Doação), e com Formação de Estoque (CPR Estoque), o Compra Direta Local da Agricultura Familiar e o Programa do leite (PAA-Leite). Os três primeiros são executados por meio da Conab e os dois últimos por meio de convênio entre as prefeituras, estados da Federação e o MDS. Cada agricultor tem direito a vender sua produção até o limite de R\$3.500,00 por ano civil (valor reajustado em agosto de 2006). Até esta data, o valor anual era de R\$2.500,00 por produtor.

A compra de parte dos alimentos é feita a um preço de referência, equivalente ao preço de atacado do produto pesquisado no mercado regional. Para alguns alimentos, o preço é estabelecido pelo Grupo Gestor Interministerial do Programa (Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fazenda; Planejamento; do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS). O PAA ainda conta com a participação de prefeituras e governos estaduais para a compra de alimentos e dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (Conseas), como mecanismo de controle social dos projetos, conferindo maior confiabilidade à sua fiscalização e execução.

Parte dos produtos adquiridos é destinada a populações em insegurança alimentar, por meio de instituições reconhecidas de amparo a essas pessoas, e o restante tem como objetivo a formação de estoques estratégicos. Os recursos para a operacionalização do Programa são do MDS e MDA (sendo que os recursos deste último só foram liberados no ano de 2006).

O Programa de Aquisição de Alimentos é uma política pública inovadora para o desenvolvimento rural, tanto na temática, na forma com que foi criada, como na forma de execução. Além do apoio à produção para o auto-consumo, do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo cita-se os benefícios indiretos advindos da recuperação dos preços recebidos pelos produtores. Há casos em que o simples anúncio da compra pública de determinada quantidade de produto é suficiente para elevar os preços agropecuários, aumentando a remuneração do produtor com a venda no mercado local. Destaca-se também o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da produção para o auto-consumo, fatores que extrapolam para o comércio local. Há registros da estruturação de

produtores para o abastecimento de outras praças, além daquela em que a produção está sendo apoiada pelo PAA (Delgado *et all*, 2005).

Ainda segundo Delgado *et all*, outro aspecto positivo seria que o PAA vem contribuindo para a estruturação, organização e planejamento da oferta no segmento produtivo que alcança. Isso porque a compra dos alimentos não desobriga os vendedores do cumprimento das regras de classificação, acondicionamento, sanitárias e de higiene inerentes à comercialização de alimentos.

No relatório de avaliação de políticas de Segurança alimentar e nutricional do MDS (MDS, 2007), os autores analisam a visão dos gestores do Programa, que relatam o papel do PAA na estruturação da produção na região nordeste.

O PAA, na realidade, cria mercados onde antes não havia ou evita a exploração dos agricultores, pelos intermediários, em regiões menos estruturadas. Em essência, o Programa repassa aos agricultores familiares as condições e oportunidades que produtores mais estruturados já conquistaram no mercado, de forma privada. Com tais condições, estrutura-se a produção dos agricultores familiares menos favorecidos, beneficiando-se sua produção e remuneração (MDS, 2007).

Os gestores verificam também uma melhoria na estrutura dos beneficiados/suas entidades representativas que os beneficiarão na comercialização de sua produção. Segundo eles, os benefícios advindos com a implementação do Programa se estendem além dos previstos diretamente para seus beneficiários. “Melhor remunerados, os agricultores familiares tendem a recuperar a infra-estrutura de sua produção, passando a produzir mais ou a agregar valor a seus produtos” (MDS, 2007).

Ainda segundo os gestores da política, outra medida estruturante está ligada à necessária adaptação dos agricultores a sistemas mais complexos e burocráticos de comercialização. O atendimento a padrões de classificação, de qualidade e de sanidade, o trâmite de documentos e a elaboração de propostas formais baseadas em planejamento são lições e experiências que podem ser úteis para a exploração de novos canais de comercialização no âmbito privado.

Entretanto, quando perguntados sobre a continuidade das vendas para os beneficiários do programa no nordeste, os agricultores familiares relataram que o relacionamento com as entidades não teria prosseguimento com o eventual término do programa. Relatam também a dificuldade com o transporte e a embalagem dos produtos comercializados, o que tem sido um critério de seleção para a participação no programa.

Estudos realizados no Rio Grande do Sul por Müller *et all* (2007), nos municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas, Tapes e Caxias do sul permitem afirmar que nestas regiões o PAA.

[...] vem conseguindo promover formas de acesso dos agricultores familiares aos mercados, tendo se tornado um mecanismo importante para as famílias e suas organizações que conseguem escoar sua produção por esse caminho e atender ao abastecimento da demanda local e regional (p.47).

Foi citado o caso da Cooperativa de Tapes, que passou a incorporar elementos e aprendizado com relação aos processos de licitação da prefeitura para vender outros produtos para as escolas e outros processos por meio dos quais “sempre os grandes tiveram acesso”.

Por meio deste estudo, os autores também constataram novas formas de articulação e inovações institucionais promovidas pelo PAA. Os autores destacam o estímulo do PAA à criação de uma rede local e às parcerias entre instituições governamentais e a sociedade.

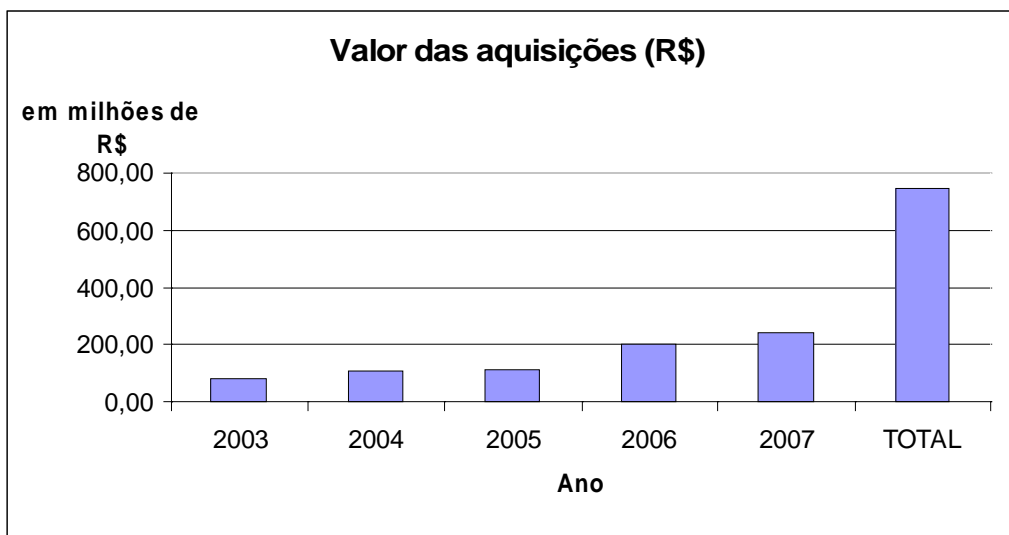
Ainda segundo Muller *et all*. (2007), com o aumento da população urbana:

[...] o PAA exerce o papel, por um lado, de dinamizar segmentos da agricultura familiar para atender a crescente demanda dessa população urbana e, por outro lado, de proporcionar melhoria na qualidade dos alimentos distribuídos por instituições beneficentes (p. 57).

Segundo o Relatório de 2007 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2007), o impacto das políticas públicas depende não só de seu conteúdo, mas também de alguns aspectos chave dessas políticas: estabilidade, adaptabilidade, coerência e coordenação, qualidade da implementação e da aplicação efetiva, consideração do interesse público; e eficiência. Segundo o relatório, esses aspectos determinam a melhoria do bem-estar da população atendida por elas, a sustentabilidade da política no tempo e a sua contribuição para o desenvolvimento em geral.

A estabilidade mede em que medida as políticas são estáveis no tempo. O PAA, segundo essa característica da política, seria uma política instável, pois, embora tenha sido criado como um programa prioritário de governo, no bojo das ações estruturantes do Programa Fome Zero, o PAA não adquiriu *status* de programa orçamentário na linguagem do Plano Plurianual de Governo (2004-2007). Até o momento, continua como uma singular “ação” orçamentária, dentre as dezenas existentes sob a rubrica “abastecimento alimentar”, não possuindo orçamento próprio até o momento. Entretanto, desde 2003 há uma evolução do volume de recursos aplicados no PAA até 2007.

Gráfico 1: volume de recursos utilizado com aquisição de alimentos no PAA.



Em relação à característica adaptabilidade, ou seja, em que medida as políticas públicas podem ser ajustadas quando falham ou quando as circunstâncias mudam, o PAA se vê diante de alguns desafios. Durante a execução da política, viu-se a necessidade de ampliação da pauta de produtos que não sejam alimentares, como juta, malva, sisal, óleos essenciais, dentre outros produtos que são característicos da agricultura familiar. Entretanto, ainda não há sinais de mudanças para adaptação a essa demanda.

Em relação ao limite de valor recebido por produtor, o PAA se mostrou adaptável ao longo do tempo. O aumento do salário mínimo é um dos motivos. Em meados de 2006 o valor permitido por agricultor familiar aumentou de R\$2.500,00/ano para R\$3.500,00/ano. Um outro ponto positivo em relação à adaptabilidade é a recente implantação do PAAnet, um aplicativo eletrônico elaborado pela Conab para facilitar a entrega das propostas e o controle da política. Isso demonstra que o Programa tem procurado se adaptar às mudanças tecnológicas e aperfeiçoar a sua execução.

A coerência e coordenação demonstram em que medida as políticas são compatíveis com outras políticas afins e resultam de ações bem coordenadas entre atores que participam de sua formulação e implementação. O PAA não tem sido coerente em relação ao ambiente institucional, ou seja, às regras do jogo, quando o Programa é executado pela Conab. Se o recurso utilizado provém de repasses do MDA, o produtor é isento de impostos federais, como ocorre na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Já quando o recurso utilizado é repassado pelo MDS, há cobrança desses impostos (a partir do ano de 2007). Há também casos em que, num mesmo município há operações realizadas pela Conab e pelas prefeituras, pagando preços diferentes para o mesmo produto. Essas divergências dentro do mesmo programa podem fragilizá-lo e comprometer a sua unidade.

Constatou-se ainda que há um descompasso entre a liberação do orçamento e o prazo para a execução dos recursos liberados. A liberação não é contínua e atrasa a execução dos projetos já aprovados ou obriga a serem refeitos, caso tenha passado o período de plantio e/ou colheita. Quanto à coordenação, faz-se necessário um estudo aprofundado de cada caso, pois em cada região há diferenças de coordenação entre as políticas. O certo é que, sem uma coordenação das políticas de crédito, ATER, infra-estrutura básica, educação a política não exerce todo o seu potencial.

Quanto à característica qualidade da implementação e da aplicação efetiva, vê-se que ainda há falta de conhecimento do público-alvo em relação ao Programa. A sua divulgação não tem sido muito eficiente, segundo relatórios das 6 Oficinas de Documentação do PAA realizadas nas 5 regiões do Brasil. A demanda para venda ao PAA é maior que o recurso disponível e de sua capacidade de operação. Apesar da ampliação do volume de recursos e do quadro de funcionários da Conab nos dois últimos anos, ainda não parece ser suficiente para atender à demanda. Os movimentos sindicais têm reivindicado uma gestão participativa do PAA. Atualmente não há espaço no Grupo Gestor para a sociedade civil.

Em relação à eficiência, ou seja, em que medida as políticas refletem uma alocação de recursos escassos que assegurem retornos sociais elevados, vemos que há indicativos que o PAA tem atendido a esse aspecto-chave. Em 2006, cerca de 90% dos recursos liberados para o PAA-Conab foram gastos com aquisição de alimentos, sendo 6% e 2% as despesas operacionais (recursos do MDS e MDA, respectivamente) e 3% e 9% de recursos devolvidos aos gestores (MDS e MDA, respectivamente). No caso dos recursos do MDS, o dinheiro foi devolvido devido a falhas na sua gestão. O recurso do MDA, utilizado principalmente para a modalidade formação de estoque, não pôde ser gasto totalmente devido ao recurso não ter sido liberado a tempo das entidades entregarem as propostas.

Ainda não há pesquisas sobre o valor de renda gerado a partir da renda recebida por cada agricultor. Entretanto, há registros de diversos benefícios para a economia local, movimentando o comércio de bens duráveis e melhoria da renda tanto da família produtora, quanto de outros segmentos da economia.

Quanto ao interesse público, o Programa o têm atendido. É um dos programas mais bem falados do governo Lula. Unir a geração de renda para os agricultores familiares ao mesmo tempo em que se dá alimento aos que mais necessitam foi o ponto crucial para o sucesso do programa, o que possibilita uma melhor distribuição de renda para o país.

PRÓXIMOS PASSOS

Esta pesquisa está na fase inicial de seus trabalhos. A hipótese principal é que o PAA está auxiliando os agricultores familiares a terem maior autonomia, fornecendo maior sustentabilidade econômica através do acesso a novos canais de comercialização, da melhoria na organização da produção e dos produtores e da dinâmica econômica local.

Para tanto, três municípios do Noroeste de Minas Gerais (João Pinheiro, Paracatu e Unaí), serão objetos de pesquisas de campo, argüindo sobre uma possível inserção dos agricultores em novos mercados, sua organização produtiva, e possíveis impactos econômicos nas economias dos agricultores e no seu local.

BIBLIOGRAFIA

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e David Rockefeller Center for Latin América Studies. A política das políticas públicas: o progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006. Harvard University, 2007.

BRASIL. Estudo Comparado sobre a Efetividade das Diferentes Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste In: *Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Segurança Alimentar e Nutricional*. / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.-- Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. 412 p.

DEL GROSSI, M.E; GRAZIANO DA SILVA, J. *Movimento Recente da Agricultura Familiar*. Políticas Públicas. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v.5.n.24, 2005.

Delgado, G.D; Conceição, J.C.P.R, Oliveira, J.J; *Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Brasília, IPEA, 2005.

FOME ZERO. Política de Segurança Alimentar para o Brasil. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br>>. Livro Projeto Fome Zero, outubro 2001.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS*. Políticas Públicas. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v 5.n.24, 2005.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. *Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Diário Oficial da União Ano CXLIII Nº- 141.

Lei Orgânica de Assistência Social, (LOAS) disponível em <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1993-008742/1993-008742-25-26.htm>.

MULLER, Ana Luiza; FIALHO, M. ^a V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a Atuação dos Atores locais na Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. In: BOTELHO, F. B. F. *Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos*. Brasília: Universidade de Brasília, CEAM, NEAGRI. v. 7, n. 27, 2007.

TIMMER CP; Falcon WP; Pearson SR. *Análise de Política Alimentar*. Tradução: Ana Leão e Jorge Leão. Washington D.C.: IFPRI, 1999.